

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju
Aracajú / SE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju
CNPJ/MF nº 02.923.389/0001-72

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		181.028	200.049	CIRCULANTE		83.601	68.274
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	7.929	3.295	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	65.988	56.594
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 04)	85.185	131.702	Depósitos à Vista		49.353	40.118
Centralização Financeira - Cooperativas		85.185	131.702	Depósitos a Prazo		16.635	16.476
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	72.507	53.635	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		159	93
Operações de Crédito		74.952	56.543	Recursos em Trânsito de Terceiros		159	93
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.445)	(2.908)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 12)	2	-
OUTROS CRÉDITOS		14.976	9.474	Empréstimos País - Outras Instituições		2	-
Rendas a Receber		429	409	OUTRAS OBRIGAÇÕES		17.452	11.587
Diversos	(NOTA 06 e 07)	14.672	9.108	Cobrança e Arrecadação de Tributos		58	13
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(125)	(43)	Sociais e Estatutárias		1.267	650
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	431	1.943	Fiscais e Previdenciárias		671	620
Outros Valores e Bens		430	1.942	Diversas	(NOTA 13)	15.456	10.304
Despesas Antecipadas		1	1				
NÃO CIRCULANTE		123.996	74.679	NÃO CIRCULANTE		152.652	145.757
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		123.996	74.679	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		152.652	145.757
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	557	-	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	149.876	145.757
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		557	-	Depósitos a Prazo		149.876	145.757
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	109.652	64.584	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 12)	2.776	-
Operações de Crédito		112.719	68.608	Empréstimos País - Outras Instituições		2.776	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(3.067)	(4.024)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		68.771	60.697
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	6.707	5.999	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 15)	49.706	47.073
Outros Investimentos		6.707	5.999	De Domiciliados no País		68.033	63.051
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	7.080	4.096	(Capital a Realizar)		(18.327)	(15.978)
Imóveis de Uso		4.879	3.636	RESERVAS DE SOBRAS		11.610	8.225
Outras Imobilizações de Uso		2.860	1.052	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.455	5.399
(Depreciação acumulada)		(659)	(592)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	-	-				
Outros Ativos Intangíveis		405	405				
(Amortização acumulada)		(405)	(405)				
TOTAL DO ATIVO		305.024	274.728	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		305.024	274.728

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju
CNPJ/MF nº 02.923.389/0001-72

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	auditado) Ato Não Cooperativo	(Não Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.509	-	14.509	26.195	1	26.196	24.411	-	24.411
Operações de Crédito	14.507	-	14.507	26.193	1	26.194	24.411	-	24.411
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2	-	2	2	-	2	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.784)	(5)	(4.789)	(10.353)	(8)	(10.361)	(11.936)	(3)	(11.939)
Operações de Captação no Mercado	(4.395)	(5)	(4.400)	(9.109)	(8)	(9.117)	(9.189)	(3)	(9.192)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2)	-	(2)	(2)	-	(2)	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(387)	-	(387)	(1.242)	-	(1.242)	(2.747)	-	(2.747)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.725	(5)	9.720	15.842	(7)	15.835	12.475	(3)	12.472
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.612)	192	(2.420)	(3.703)	304	(3.399)	(2.729)	(192)	(2.921)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.012	556	1.568	1.741	959	2.700	992	667	1.659
Rendas de Tarifas Bancárias	1.027	-	1.027	1.991	-	1.991	1.661	-	1.661
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(3.457)	(107)	(3.564)	(6.688)	(187)	(6.875)	(5.216)	(106)	(5.322)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(2.582)	(228)	(2.810)	(4.908)	(390)	(5.298)	(3.919)	(638)	(4.557)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(32)	(28)	(60)	(50)	(49)	(99)	(55)	(42)	(97)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	2.708	46	2.754	6.775	56	6.831	8.157	55	8.212
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(1.288)	(47)	(1.335)	(2.564)	(85)	(2.649)	(4.349)	(135)	(4.484)
RESULTADO OPERACIONAL	7.113	187	72.300	12.139	297	12.436	9.746	(195)	9.551
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	59	37	96	61	72	133	(9)	18	9
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.172	224	7.396	12.200	369	12.569	9.737	(177)	9.560
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	36	36	-	-	-	-	(20)	(20)
Provisão para Imposto de Renda	-	18	18	-	-	-	-	(9)	(9)
Provisão para Contribuição Social	-	18	18	-	-	-	-	(11)	(11)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(446)	-	(446)	(446)	-	(446)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.726	260	6.986	11.754	369	12.123	9.737	(197)	9.540
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	369	(369)	-	(197)	197	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.726	260	6.986	12.123	-	12.123	9.540	-	9.540
DESTINAÇÕES	-	-	-	(4.668)	-	(4.668)	(4.141)	-	(4.141)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.804)	-	(2.804)	(2.791)	-	(2.791)
Fates - Estatutário	-	-	-	(466)	-	(466)	(338)	-	(338)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.398)	-	(1.398)	(1.012)	-	(1.012)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.455	-	7.455	5.399	-	5.399

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju

CNPJ/MF nº 02.923.389/0001-72

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	41.308	5.877	-	5.835	53.020
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(4.499)	(4.499)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(4.499)	(4.499)
Outras destinações	-	-	1.336	(1.336)	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	15.465	-	-	-	15.465
Baixas de capital	(12.060)	-	-	-	(12.060)
Resultado do período	-	-	-	9.540	9.540
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(338)	(338)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.012	-	(1.012)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.360	-	-	(2.791)	(431)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	47.073	6.889	1.336	5.399	60.697
Mutações do Período	5.765	1.012	1.336	(436)	7.677
Saldos no início do período em 01/01/2019	47.073	6.889	1.336	5.399	60.697
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.733	-	-	(3.991)	(1.258)
Destinações para reservas	-	-	1.987	(1.399)	588
Outras destinações	-	-	-	(9)	(9)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.407	-	-	-	3.407
Baixas de capital	(5.817)	-	-	-	(5.817)
Resultado do período	-	-	-	12.123	12.123
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(466)	(466)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.398	-	(1.398)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.310	-	-	(2.804)	(494)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	49.706	8.287	3.323	7.455	68.771
Mutações do Período	2.633	1.398	1.987	2.056	8.074
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	47.873	6.889	2.735	5.137	62.634
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	-	588	-	588
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.718	-	-	-	1.718
Baixas de capital	(2.195)	-	-	-	(2.195)
Resultado do período	-	-	-	6.986	6.986
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(466)	(466)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.398	-	(1.398)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.310	-	-	(2.804)	(494)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	49.706	8.287	3.323	7.455	68.771
Mutações do Período	1.833	1.398	588	2.318	6.137

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju
CNPJ/MF nº 02.923.389/0001-72

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.111	11.560	11.068
Resultado do semestre/exercício	6.986	12.123	9.540
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.875)	(563)	1.528
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.604)	(1.420)	546
Provisão para desvalorização de outros créditos	50	82	13
Depreciação do imobilizado de uso	77	129	59
Baixas do ativo permanente	9	18	8
Provisão para passivos contingentes	64	1.090	1.242
Destinações ao FATES	(466)	(466)	(338)
Dividendos SicrediPar	(5)	4	(2)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	1.221	(46.021)	35.300
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(557)	(557)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.520	-	-
Redução em relações com correspondentes	2	-	-
(Aumento) em operações de crédito	(17.401)	(62.520)	(681)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.055)	-	-
(Aumento) em outros créditos	(2.914)	(5.587)	(1.402)
Redução em outros valores e bens	602	1.511	-
Aumento em depósitos	14.141	13.513	36.793
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	46	65	(755)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	2.778	2.778	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(160)	(323)	(369)
Aumento em outras obrigações	4.219	5.099	1.714
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	6.332	(34.461)	46.368
Aquisição de Investimentos	6	(708)	(656)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.522)	(3.131)	(394)
Aplicações no Intangível	13	-	1
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.503)	(3.839)	(1.049)
Integralização de capital	1.717	3.407	15.465
Destinações para reservas	588	588	-
Baixa de capital	(2.195)	(5.817)	(12.060)
Juros ao capital próprio	(494)	(494)	(431)
Distribuição de Sobras	-	(1.267)	(4.499)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(384)	(3.583)	(1.525)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.445	(41.883)	43.794
Caixa e equivalente de caixa no início do período	88.669	134.997	91.203
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	93.114	93.114	134.997

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/11/1998 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 16 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	7.929	3.295
Caixa	7.929	3.295
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	85.185	131.702
Total	93.114	134.997

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	557	-
DI entre Banco e Cooperativas	557	-
Total não circulante	557	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	63.279	95.421	158.700	107.152
Financiamentos	11.673	17.298	28.971	17.999
Carteira total	74.952	112.719	187.671	125.151

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	7.183	-	7.183	2.719
Total	7.183	-	7.183	2.719

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	93.866	72.483	469	362
Nível B	1,00	61.862	23.514	619	235
Nível C	3,00	24.882	15.348	746	460
Nível D	10,00	8.667	8.656	867	866
Nível E	30,00	3.166	2.993	950	898
Nível F	50,00	357	550	179	275
Nível G	70,00	822	1.491	575	1.044
Nível H	100,00	1.232	2.835	1.232	2.835
Total		194.854	127.870	5.637	6.975

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	473	10.463	13.585	46.878	71.399	42.149
Industrial	16	7.000	1.852	5.424	14.292	6.886
Comércio	80	5.118	8.862	11.548	25.608	25.674
Outros Serviços	254	12.094	22.338	48.870	83.556	53.161
Total	823	34.675	46.637	112.720	194.855	127.870

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	32.356	16,60	36.806	28,78
50 devedores seguintes	67.101	34,44	43.031	33,65
100 devedores seguintes	30.980	15,90	18.243	14,27
Demais	64.417	33,06	29.790	23,30
Total	194.854	100	127.870	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	6.975	6.416
Constituição de provisão	1.242	2.747
Movimentação de baixados para prejuízo	(2.580)	(2.188)
Saldo final	5.637	6.975

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 121 (2018 - R\$ 2.522), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 16.177 (2018 - R\$ 39.280).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	-	12
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	61	-
Devedores por depósitos em garantia	7.109	5.987
Impostos e contribuições a compensar	60	7
Títulos e créditos a receber (ii)	7.183	2.719
Operações com cartões	69	86
Pendências a regularizar	85	194
Outros	105	103
Total Circulante	14.672	9.108

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	430	1.942
Imóveis	430	1.942
Despesas antecipadas	1	1
Total Circulante	431	1.943

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	5.993	5.472
Sicredi Participações S.A.	712	525
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	-	1
Outros Investimentos	1	-
Total	6.707	5.999

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	217.850 ON 493.770 PN	168.610 ON 356.366 PN	1 Quotas	1 Quotas	5.993.327 Quotas	5.472.274 Quotas
Percentual de participação	0,07%	0,06%	0,62%	0,62%	3,71%	3,71%
Capital social	969.491	880.597	164	164	155.922	147.417
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	161.687	156.293
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	1.618	708
Valor do investimento	712	525	1	1	5.993	5.472

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	7.739	(659)	7.080	4.096
Imobilizações em curso	-	1.527	-	1.527	164
Terrenos	-	3.885	-	3.885	3.636
Edificações	4%	994	(26)	968	-
Instalações	10%	382	(223)	159	20
Móveis e equipamentos de uso	10%	537	(256)	281	177
Sistema de comunicação	10%	10	(6)	4	5
Sistema de processamento de dados	20%	342	(129)	213	69
Sistema de segurança	10%	62	(19)	43	25
Outros ativos intangíveis		405	(405)	-	-
Total		8.144	(1.064)	7.080	4.096

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	49.353	-	-	49.353	40.118
Depósitos a prazo	4.462	12.173	149.876	166.511	162.233
Total	53.815	12.173	149.876	215.864	202.351

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	2	-
Outras instituições	2	-
Total circulante	2	-
Empréstimos no País - outras instituições	2.776	-
Outras instituições	2.776	-
Total não circulante	2.776	-

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	584	522
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 14)	6.992	5.902
Pendências a regularizar	2	188
Operações com cartões	7.025	2.728
Demais fornecedores	246	116
Credores diversos	607	848
Total circulante	15.456	10.304

NOTA 14 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	10	94	(23)	81
Tributária	5.892	1.019	-	6.911
Total	5.902	1.113	(23)	6.992

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	81	10
Tributária	Provável	6.911	5.892
Total		6.992	5.902

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 10.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	49.706	47.073
Total de associados	6.043	4.919

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.633 (2018 – R\$ 5.765), sendo R\$ 2.310 (2018 – R\$ 2.360) via integralização de resultados e R\$ 3.407 (2018 – R\$ 15.465), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.817 (2018 – R\$ 12.060).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,9% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.734, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 15% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	12.123	9.560
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(3.637)	(4.015)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	-	(1)
Brindes e Doações	(2)	-
Receita com atos cooperativos	3.505	4.090
Juros sobre capital próprio	841	1.172
Lucros e dividendos	3	-
Outros	(710)	(1.266)
Subtotal	3.637	3.995
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(20)

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	557	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	85.185	131.702
Outros Créditos - Rendas a receber	33	30
Investimentos (Nota 09)	6.706	5.998
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	2.778	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	7.051	2.642
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2	-
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	49	70
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	5.503	7.001
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	2	-
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	76	11
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	1.471	1.019

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Operações de crédito	171	0,09%	176

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.378	1.371

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	119	75
Despesa de aluguéis	684	400
Despesa de comunicação	234	188
Despesa de manutenção e conservação	190	56
Despesa de material	69	55
Despesa processamento dados	166	109
Despesa de promoções e relações públicas	447	512
Despesa de propaganda e publicidade	155	32
Despesa de seguro	52	22
Despesa de serviços do sistema financeiro	898	742
Despesa de serviços de terceiros	262	270
Despesa de serviços de vigilância e segurança	233	116
Despesa de serviços de técnicos especializados	420	707
Despesa de serviços de transportes	270	233
Despesa de viagem	9	11
Despesa de depreciação e amortização	129	59
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	322	369
Outras despesas administrativas	639	601
Total	5.298	4.557

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	228	153
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	5.494	6.993
Reversão de provisões operacionais	289	189
Outras rendas operacionais	820	877
Total	6.831	8.212

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	428	2.441
Contribuições Cooperativistas	95	49
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	136	53
Contribuição Confederação Sicredi	621	8
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	577	941
Encargos da administração financeira	30	4
Repasse administradora de Cartões	33	-
Outras despesas de Cartões	187	299
Outras provisões operacionais	300	76
Outras despesas operacionais	242	613
Total	2.649	4.484

NOTA 21 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 22 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	68.059	60.172
Nível I (NI)	68.059	60.172
Capital principal - CP	68.059	60.172
Capital social	49.706	47.073
Reservas de capital	11.610	8.225
Lucros acumulados	7.455	5.399
Ajustes Prudenciais	(712)	(525)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	202.128	160.791
Margem de Capital (i)	43.540	40.877
Índice de Basileia (PR / RWA)	33,67%	37,42%
Situação de Imobilização (Imob)	7.080	4.097
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,40%	6,81%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Jorge Viana da Silva
Diretor Executivo
CPF: 116.321.945-20

Ricardo Moscoso Rego
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 326.372.505-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20